

# Parecer fixa ritual no Senado

O parecer da consultoria jurídica do Senado estabelece que o último momento para a apresentação da renúncia dos senadores Antônio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda dá-se antes da assinatura, por Jader Barbalho, da aprovação do relatório formal que o primeiro secretário da Mesa, senador Carlos Wilson (PSDB-PE), ou o segundo secretário, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MS), farão sobre a decisão do Conselho de Ética, o que pode acontecer poucas horas após a votação de amanhã.

Segundo o parecer, os passos do processo sobre a violação do painel eletrônico são os seguintes - caso não haja nenhum recurso protelatório:

- Se o relatório Saturnino for aprovado amanhã de manhã, será enviado à Mesa Diretora do Senado com o pedido de abertura do processo de cassação.
- Um dos dois secretários, Antero ou Wilson, será escolhido para apresentar parecer, o que poderá fazer até no mesmo dia ou, em no máximo, em 24 horas.
- Havendo recomendação de abertura de processo, Barbalho pode imediatamente convocar os integrantes da Mesa e aprovar o parecer.
- Assinado o ato da Mesa, aprovando o texto do secretário, os senadores não podem mais renunciar: está aberto o processo. A renúncia, nesse caso, não evitaria a perda dos direitos, caso tivessem seus mandatos cassados.

A única possibilidade aventada por assessores, até o momento, como recurso possível de protelar esses passos, é ao Supremo Tribunal Federal. Mas juristas duvidam que qualquer ministro dê ao senador Antônio Magalhães uma liminar - depois de todos os atritos que ele tem tido com o Poder Judiciário. Sem liminar, o recurso perderia seu poder protelatório. (A.E.)